Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 03 No.06 jul. -Dez, 2015
Artigo recebido em setembro de 2015/Aprovado em dezembro de 2015
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.401
10.20336/rbs.401

Bipolaridade rural no governo colombiano: Kaustky, Lenin e Chayanov, duas heranças, duas visões, dois campos

Juan Francisco Azuero*

RESUMO

Ainda é grande a influencia de Kautsky, Lenin e Chayanov nas visões e políticas de desenvolvimento rural na Colômbia. O governo colombiano tem optado por impulsionar dois tipos de politicas que se contradizem, o que podemos definir como "bipolaridade rural". Por um lado, impulsiona políticas próximas às ideias de Chayanov centradas no Desenvolvimento Rural com Enfoque Territorial, onde a pequena unidade camponesa tem um papel central, como por exemplo a "Reforma Rural Integral" acordada nas conversações de paz em Havana. Por outro, políticas próximas aos pressupostos de Lenin e Kautsky, de impulso à grande agroindústria e que sentencia a pequena unidade camponesa ao desaparecimento, como por exemplo as "Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social" (ZIDRES).
Palavras-chave: Sociologia Rural, Questão Agraria, Negociações de Paz na Colômbia.

* Juan Francisco Azuero, historiador y antropólogo da Universidad de los Andes, Colômbia diplomado em direito agrário y restituição de terras da Universidad del Rosario, Colômbia. Estudante de mestrado no programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro (UFRRJ) Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Brasil (CNPq).

ABSTRACT

RURAL BIPOLARITY IN THE COLOMBIAN GOVERNMENT: KAUTSKY, LENIN AND CHAYANOV, TWO INHERITANCIES, TWO WORLDVIEWS, TWO FIELDS

Kautsky, Lenin and Chayanov are still influential in perspectivs and policies of rural development in Colombia nowadays. The Colombian government has opted for the promotion of two contradictory policies that we have defined in terms of "rural bipolarity". On the one hand, it promotes Chayanov inspired policies centered on Rural Development with Territorial Focus. Small peasant unites have a central role in such policies, as exemplified in the "Integral Rural Reform" agreement that emerged from the peace talks held in Havana. On the other hand, there is the promotion of policies inspired by Lenin and Kautsky. These promote agroindustrial business and sentence small peasant units to desappearance, as exemplified by the "Zonas de Interés de Desarrollo Rural y Social" (ZIDRES).
Keywords: Rural Sociology, Agrarian Question, Colombian Peace talks

Introdução

Como nos lembra Giddens (1998, p. 15), um importante exercício de análise nas ciências sociais é o resgate dos clássicos, na medida em que "eles não são apenas relíquias antiquadas, mas podem ser lidos e relidos com proveito, como fonte de reflexão sobre problemas e questões contemporâneas". No caso específico da *questão agrária*, ao compreender que esta surge como uma questão política no início do Século XX, a partir das transformações nos modos de produção e nas relações sociais associados à revolução industrial e à expansão do capitalismo, os clássicos têm a particularidade de que, além de serem grandes intelectuais e acadêmicos, eram também lideranças políticas que buscavam resolver os impasses sociais e políticos através de mudanças na estrutura agrária; é o caso de Kautsky, Lenin e Chayanov.

O presente artigo tem como objetivo dar conta da influência e da importância que ainda hoje tem esses três autores nas visões e nas políticas de desenvolvimento rural na Colômbia. Tenho como pressuposto que na Colômbia existe duas visões de desenvolvimento rural

opostas entre si, o que pode se definir como uma "bipolaridade rural". A primeira é baseada na suposição de que a produtividade do campo só é possível mediante a agroindústria e com grandes propriedades dos quais são representantes alguns setores do *Ministério de Agricultura Nacional* (MAN), a *Superintendência de Notariado e Registro* e os grandes empresários, visão mais próxima às propostas esboçadas por Kautsky (2015) e Lenin (1972; 1975). Por sua vez, a segunda visão se centra na importância da agricultura familiar e da economia camponesa e sua ligação em justas condições com os complexos agroindustriais, sendo defendida por vários acadêmicos, movimentos sociais, *as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejercito del Pueblo (FARC-EP)*, e os representantes do governo na mesa de negociações em La Habana, e que têm maiores semelhanças com o pensamento de Chayanov (1974; 1981). Cada uma destas visões encontra-se cristalizada em *textos emblemáticos*, hoje em dia, muito importantes, pois são as bases para a implementação de políticas públicas. A primeira visão, que chamaremos de *agroindustrial,* encontra-se no projeto de lei 223/15-C mediante o qual se criam as *zonas de interés de desarrollo rural, económico y social* (ZIDRES), atualmente, em trâmite no congresso. E a segunda visão, que chamaremos de *desenvolvimento rural com enfoque territorial* (DRET), está refletida no documento escrito entre as FARC-EP e os representantes do governo sobre o primeiro ponto da agenda de negociações, o ponto agrário. Neste texto, primeiro se analisará as concepções sobre a questão agrária propostas por Kautsky (2015), Lenin (1972; 1975) e Chayanov (1974; 1981), para logo dar conta da influência deles nas duas visões predominantes de desenvolvimento rural e, finalmente, far-se-á a análise dos dois documentos *emblemáticos,* percebendo os rastros dessas duas visões, demonstrando, assim, a influência e a pertinência que ainda têm estes clássicos nas políticas de desenvolvimento rural do Século XXI.

Karl Kautsky (2015) foi o primeiro dos teóricos marxistas a analisar a questão agrária desde esse enfoque teórico-metodológico. Em 1899, publicou sua grande obra, *A questão agrária,* em que, com base em dados

estatísticos, descreve a influência do capitalismo sobre a agricultura e as transformações que esse processo acarreta. Segundo ele: *"[s]i se quiere estudiar la cuestión agraria según el método de Marx [... hay] que averiguar: sí* y como el capital se apodera de la agricultura, la transforma y hace insostenibles las viejas formas de producción y propiedad, y crea la necesidad de otras nuevas" (KAUTSKY, 2015, p. 12).

A partir da sua análise, Kautsky (2015) aponta uma série de efeitos e de consequências interrelacionadas que a inserção do capitalismo no campo produz sobre a produção agrícola e, por conseguinte, sobre a reprodução material e social das populações rurais. Entre muitos, vale a pena destacar: o surgimento de manufaturas industriais para a produção agrícola, a integração agricultura-indústria e sua dependência inter-setorial, a institucionalização da propriedade privada da terra, a proletarização do campesinato em grandes fazendas ou fábricas urbanas, a desintegração da família camponesa, etc. (KAUTSKY, 2015). Nessa perspectiva, o autor considera como um processo inevitável, a partir da entrada do capitalismo no campo, a industrialização da agricultura e, por tal motivo, a diminuição da pequena propriedade e do modo de vida camponês, na medida em que a dependência técnica implica em uma dependência econômica. Assim, quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior é a diferença técnica e, portanto, produtiva, entre a grande e a pequena propriedade rural. Conclui que a grande propriedade rural, "o grande *latifúndio*", é o sistema de exploração da terra que melhor se adapta e promove1 a penetração do capitalismo devido a sua superioridade técnica e administrativa. Nas suas palavras (KAUTSKY, 2015, p. 164),

> [...] la centralización de la propiedad, lleva consigo a la centralización de la administración dando margen a una nueva forma de explotación: el latifundio. Bajo este aspecto, y no por la multiplicación al infinito de las explotaciones particulares, es como se desarrolla en agricultura la explotación gigantesca, que como la concentración de capital, no conoce límites.

Para poder levar a cabo efetivamente esse processo de criação de grandes propriedades rurais centralizadas, Kaustky afirma que se deve cumprir um "*requisito indispensable*": a expropriação das pequenas propriedades por parte das grandes (2015, p. 154). Por fim, o autor argumenta que, apesar da superioridade técnica e produtiva e do processo de expropriação, as pequenas propriedades não estão destinadas ao seu total desaparecimento, sempre e quando o camponês cada vez mais for se tornando um trabalhador assalariado: *"[e]n este estado de cosas, ambas explotaciones [grandes y pequeñas] no se excluyen en agricultura, sino que conviven como el capitalista y el proletariado, aunque el pequeno campesino adquiera cada vez más el carácter de este último"* (KAUSTKY, 2015, p.175).

Em uma linha similar de análise, Lenin (1972) conclui que as relações de produção capitalistas no mundo rural e urbano levam à desintegração do campesinato. Tese que expõe no texto publicado em 1899, *"O desenvolvimento do capitalismo na Rússia"*. Para Lenin (1972), como político e líder da revolução proletária, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia é uma etapa necessária para superar o "feudalismo" e atingir o socialismo. Adotando uma visão ortodoxa do materialismo histórico, mais próxima de Engels e mais afastada das apreciações do velho Marx [1], Lenin escreve que *"tanto allí, como aqui, las formas nuevas, las formas capitalistas de producción constituyen un gran progreso, a pesar de todas las contradicciones que les son inherentes"* (LENIN, 1972, p. 187). Esse processo de desenvolvimento do capitalismo e do mercado no mundo rural russo é caracterizado pelo autor como um processo

1 Em correspondências já conhecidas entre Marx e os "populistas", russos se dão conta de que suas análises, ao centrarem-se nas caraterísticas específicas da Europa ocidental, não podem ser simplesmente aplicadas acriticamente a outras latitudes. Como afirma Alimonda, grande conhecedor da temática: *"[Marx en la* década de 1880 *ya] no piensa en* términos de una *determinación lineal del ´progreso histórico` a partir de la incorporación de fuerzas productivas capitalistas, que con frecuencia no son* más que transplantes tecnológicos *aislados y por eso mismo ingobernables e inasimilables para las sociedades periféricas. El resultado entonces, no es el ´progreso`, sino la desintegración social y política, es decir la postración y la dependência*" (2012, p. 53).

dialético entre o desenvolvimento técnico e as relações capitalistas, em que (1972, p. 213),

> [p]or una parte, el capitalismo es precisamente el factor que provoca y difunde el empleo de las máquinas en la agricultura; por otra, el empleo de las máquinas en la agricultura tiene un carácter capitalista, es decir, lleva a la formación de las relaciones capitalistas, y a un mayor desarrollo de las mismas."

Esse desenvolvimento técnico e das relações do capitalismo levam, inevitavelmente: à expropriação, arrendamento, compra e concentração de terras; ao estabelecimento de grandes propriedades agroindustriais; ao êxodo rural; à implantação da agricultura de caráter mercantil, e à imposição do trabalho rural e urbano assalariado (Lenin, 1972). São todos esses fatores que, no final das contas, levam à "*decomposição do campesinato*" e a sua transformação em um "*exercito de reserva capitalista*".

Já no outro texto escrito depois da análise dos insucessos de 1905 e 1907 (LENIN, 1975), o autor refaz esse raciocínio dando conta de que esse trânsito do feudalismo ao capitalismo pode acontecer de duas formas: através da via prussiana ou da via norte-americana. A primeira de, caráter reformista, típica do desenvolvimento capitalista no território alemão, sucede através de um lento processo no qual o grande proprietário de terra evolui como um capitalista burguês (junker), *"condenando a los campesinos a decenios enteros de expropriación y del yugo* más dolorosos". Na segunda, de caráter revolucionário, as grandes fazendas são fragmentadas e o camponês *"pasa a ser el agente exclusivo de la agricultura y va evolucionando hasta convertirse en el granjeiro capitalista"* (LENIN, 1975, p. 28). Na primeira via, a mudança fundamental ocorre do feudalismo a um sistema brutal de dependência econômica através das dívidas e da exploração capitalista dos latifúndios, no entanto, na segunda, a mudança fundamental se dá do camponês patriarcal ao granjeiro burguês.

Esta via norte-americana revolucionária foi a que Lenin (1975) procurou instaurar na URSS até 1928, quando Stalin põs em mar-

cha sua política de coletivização das terras, seguindo não as últimas diretrizes de Lênin, mas as diretrizes evolucionistas e deterministas elencadas por Kautsky e pelo próprio Lenin, anteriormente. Em poucas palavras, a população rural devia ser vítima do processo de acumulação primitiva, descrito por Marx no caso inglês, para permitir o desenvolvimento de um capitalismo industrial. Política que, como diversos autores tem documentado, gerou destruição, fome, mortes, pobreza, desigualdade e pouca produtividade, entre outros.

Porém, neste contexto, as proposições teóricas sobre a questão agrária de Kautsky (2015) e de Lenin (1972; 1975) não eram as únicas. Também era conhecida a proposta alternativa de Alexander Chayanov (1974; 1981), economista rural russo, diretor do Instituto de Investigação Científica da Economia e Ciências Agrícolas, e que, em contraposição à coletivização, defendia a tese do ótimo diferencial e *cooperação vertical*. Estas duas visões procuravam os mesmos objetivos finais: incremento da produtividade, bem-estar da população rural e urbana e instauração da justiça social; só que como se baseavam em pressupostos teóricos diferentes, os meios para alcançar esses objetivos diferiam. O projeto de coletivização de Stalin centrava-se na concepção de que o incremento do tamanho das explorações rurais aumentaria a produtividade e o bem-estar, e a justiça social e a igualdade seriam atingidas através do extermínio dos "ricos rurais" (os Kulaks). Por sua parte, Chayanov (1974), argumentava que não necessariamente o incremento do tamanho da unidade de produção resulta no incremento da produtividade, já que diferentes produções agrícolas têm diferentes tamanhos de *produção ótima* e, por tal motivo, um sistema de *cooperação vertical* entre as grandes e pequenas explorações seria tanto mais produtivo quanto mais justo com as comunidades camponesas.

Essa proposta de Chayanov (1974; 1981) baseia-se em dois princípios teóricos fundamentais que é preciso aprofundar: 1) o reconhecimento e compreensão de *sistemas econômicos não-capitalistas*e 2) a teoria do ótimo diferencial nas produções agrícolas. Fazendo uma crítica à teoria econômica clássica e ao marxismo,

Chayanov (1981) evidencia que, no início do Século XX, grande parte do território mundial se encontrava sob sistemas econômicos não capitalistas que, em alguns casos, estariam ligados entre eles e com o capitalismo. Ele chama atenção para isso na medida em que as noções e as apreciações feitas para analisar a economia capitalista não podem simplesmente se transladar a outros tipos de sistemas econômicos e esperar que as análises reflitam a realidade. Para ele (1981, p. 499),

> [...] a validade da disciplina científica chamada economia política, tal como a concebemos hoje, isto é, baseada na forma capitalista e destinada a estudar essa forma, não pode e não deve ser estendida a outras formas de organização da vida económica. Uma tal generalização da teoria económica moderna, praticada por alguns autores contemporâneos, engendra ficções e obscurece a nossa compreensão da natureza das formações não-capitalistas e da vida económica de outrora.

Assim, na sua análise, ele identifica outros cinco sistemas econômicos não capitalistas que requerem o desenvolvimento de lógicas e noções econômicas próprias para compreender suas realidades, prestando maior atenção à *unidade familiar não assalariada*, na qual se encontra a maior parte da esfera de produção agrícola. Segundo Chayanov (1981), ao contrário do sistema capitalista, na unidade familiar não assalariada a lógica principal que motiva sua reprodução não é a renda nem a acumulação de capital, mas o bem-estar e a prosperidade da família. Nessa perspectiva, pode-se entender, seguindo as proposições de Polanyi feitas anos depois, que na unidade camponesa de exploração familiar, ao não se desenvolver uma *sociedade de mercado*, as relações sociais não estão condicionadas a uma lógica meramente econômica de acumulação de capital, ao contrário das sociedades capitalistas de mercado, onde *"[e]n lugar de que la economía se vea marcada por las relaciones sociales, son las relaciones sociales quienes se ven encasilladas en el interior del sistema económico"* (2009, p. 107).

Nesse sentido, ao não se desenvolver unicamente em direção a uma sociedade de mercado, isto é, ao não ter trabalho assalariado, ao não estar ligada inteiramente ao mercado, e ao não fixar todos seus objetivos baseados na renda, a lógica de produção da unidade familiar é determinada pela dimensão e pela composição da família (número de pessoas capazes de trabalhar), pela quantidade e qualidade de terras cultiváveis e pelo grau de autoexploração (CHAYANOV, 1981, p. 482). Esse grau de autoexploração é determinado pelo equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar - ou seja, as necessidades de consumo - e a penosidade do trabalho físico requerido (CHAYANOV, 1981, p. 483). Sempre que a família tenha bem-estar e prosperidade, o camponês não procurará aumentar a sua produtividade, não vai se autoexplorar mais, não vai ampliar sua propriedade e não vai vender nem arrendar suas terras nem seu trabalho. Esse aspecto pode parecer ilógico para qualquer leitor criado em uma sociedade de mercado, onde o lucro é sempre procurado.

Além deste exercício analítico, Chayanov (1974;1981), com base em uma grande quantidade de dados estatísticos, argumenta que diferentes formas de exploração agrícola têm diferentes tamanhos ótimos de exploração, tese conhecida como ótimo diferencial. Contrário aos pressupostos de Kaustky (2015), Lenin (1972; 1975) e Stalin, ele dá conta de que nem sempre, na produção agrícola, o maior tamanho da propriedade significa maior produtividade, já que a produtividade depende não só do tamanho da unidade produtiva, mas também de diversos fatores, tais como: o tipo de produto, a mão de obra, a qualidade e quantidade de terra e a assistência técnica, entre muitos outros. Nas palavras de Shanin, *"Chayanov argued that it was not true that the increase in size of production units necesarilly enhances productivity in agriculture [...] At the same time, a universal increase in size of units may actually decrease the overall productivity"* (2009, p. 88).

Tomando como base o entendimento da lógica da unidade familiar camponesa, a teoria do ótimo diferencial, e pensando na inserção do campo no mercado nacional soviético como mecanismo para impul-

sionar a produtividade, Chayanov (1974) argumenta que, em lugar da coletivização das terras, a URSS devia fazer uma ampla política de cooperação vertical entre as pequenas e as grandes unidades produtivas. Além disso, o autor argumenta que a transformação do setor agrícola soviético devia ser promovida através de uma *cooperação desde a base*, uma aliança cooperativa entre as grandes e as pequenas unidades definidas pelos tamanhos ótimos diferenciais dos diversos ramos do setor, ajustando, assim, o tamanho à sua produção, à tecnologia e aproveitando também as estruturas rurais tradicionais. Para assegurar sua natureza democrática, Chayanov (1974) propôs um movimento de cooperativas multiníveis, uma cooperativa de cooperativas organizadas desde a base e facilitada, mas não manejada, pelo governo (SHANIN, 2009, p. 89). Resumindo, ele defendia um movimento socialista, cooperativo, desde a base, descentralizado e com grandes resultados econômicos.

Ao comparar as teorias desses três autores, evidenciam-se as semelhanças entre Kautsky (2105) e Lenin (1972;1975) e as diferenças com Chayanov (1974; 1981), como já tinham referenciado Alves e Ferreira (2009). Em grandes traços, os dois primeiros dão conta da inserção das relações capitalistas no mundo rural baseados na ideia da superioridade das grandes unidades de exploração e da tendência ao desaparecimento dos camponeses. Por sua parte, Chayanov (1974; 1981) argumenta o contrário, pois, para ele, os camponeses, ao depender do trabalho familiar para sua subsistência, ao operar em outra lógica que não a capitalista e ao aplicar os ótimos diferenciais de produção, continuarão a existir e, através da cooperação vertical entre eles e as grandes unidades, poderão desenvolver uma produtividade maior e mais democrática e se inserir mais produtivamente nas dinâmicas do capitalismo.

Conhecer, entender e analisar estas concepções da questão agrária hoje em dia resulta de grande relevância, pois estes clássicos têm influído estruturalmente nas teorias do desenvolvimento rural que as seguiram e, por tal motivo, nas políticas públicas desse setor. Nesse sentido, também é importante compreender por que as perspectivas

de Kautsky (2015) e Lenin (1972; 1975) prevaleceram e foram amplamente apropriadas pelas teorias desenvolvimentistas posteriores, e por que só muitas décadas depois, os aportes de Chayanov têm sido adotados por intelectuais e governos ocidentais.[2]

Este processo está relacionado com o radicalismo de Stalin. O líder da URSS, ao perceber que os argumentos de Chayanov (1974; 1981) iam contra seus interesses coletivistas de grande centralização e burocratização do aparelho estatal, empreendeu uma perseguição que resultou no seu encarceramento, assassinato e proibição da reprodução das suas ideias e textos. Segundo Shanin (2009), Chayanov sofreu três mortes simbólicas: a primeira, sua morte; a segunda, entre as décadas de 1950 e 1970, durante o processo de esclarecimento dos crimes e abusos de Stalin, em que ele foi esquecido e não foi reabilitado; e a terceira, nas mãos dos teóricos ocidentais do desenvolvimento em grande escala que o esqueceram ou o interpretaram de forma errada (2009, p. 84). Nessa medida, durante grande parte do século XX as teorias e políticas de desenvolvimento rural, seguiram a concepção kautskyana, na qual o camponês estava condenado a desaparecer devido à superioridade da grande propriedade industrial, visão que prevalece até hoje e pode ser nomeada como *agroindustrial.*

Contudo, é importante sublinhar que o esquecimento dos aportes de Chayanov (1974; 1981), não ocorreu apenas devido à pouca circulação de seus textos e ideias - produtos das políticas de persecução de Stalin. Na verdade, como outras vez nos lembra Shanin (2009), além desse fator, existem quatro elementos que permitem compreender o

2 Deve-se considerar que as apreciações de Lenin (1972; 1975) e Kautsky (2015) foram apropriadas e compartilhadas por grande parte dos intelectuais e dos governos capitalistas (por exemplo, a Revolução Verde), imbricadas na ideia da evolução constante das forças produtivas e da divisão do trabalho, tornando, assim, o campo uma fábrica de alimentos através do desenvolvimento de novas tecnologias especializadas. Desse jeito, é importante aclarar que adotar os pressupostos teóricos de desenvolvimento rural propostos por Lenin (1972; 1975) e por Kaustky (2015) não tem nada a ver com a postura política deles (de esquerda), mas com uma postura econômica evolucionista e de "progresso" do capitalismo. Como veremos, é o caso de alguns setores do atual governo colombiano, que adotam esta logica de desenvolvimento rural, mas não tem nenhuma ligação com o projeto político postulado pelos vários marxismos.

porquê da pouca apropriação das ideias de Chayanov (2009, p. 95) no ocidente: 1) a ideia da produtividade da pequena propriedade rural ia contra o paradigma da época, segundo o qual a pequena economia familiar tinha que desaparecer junto com o campesinato; 2) o planejamento de políticas publicas *desde a base,* defendido por Chayanov, chocava-se diretamente com a concepção de planejamento a partir de cima, e de um estado centralizado; 3) a multidisciplinaridade da *agronomia social* de Chayanov não tinha espaço na percepção dominante, onde as realidades rurais eram só estudadas enquanto fenômenos econômicos; e 4) a bipolaridade do mundo contemporâneo, onde só era possível ou o capitalismo de livre mercado ou o de planejamento estatal, não permitiu a inserção de modelos que reconhecessem sistemas econômicos baseados em lógicas não capitalistas. Assim, muitas vezes, apesar do conhecimento dos aportes teóricos feitos por Chayanov (1974; 1981), estes eram ignorados de propósito, pois eram contrários aos interesses dos grandes detentores de terra, poder e capital.

Mas, a partir da década de 1960 e de 1970 nas ciências sociais, com trabalhos como os de Moore e Wolf, surgem várias correntes teóricas que centram sua atenção no campesinato como um ator fundamental desenvolvimento dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade, fazendo frente à posição do marxismo dogmático o "saco de batatas" estava condenado ao seu desaparecimento e, dessa forma, ocorre um ressurgimento dos aportes teóricos de Chayanov (1974; 1981). Especificamente nas ciências sociais latino-americanas, autores como Candido, Fals Borda, Ianni e Martins, entre outros, adotaram essa visão centrada na importância do campesinato, de suas dinâmicas internas e de suas lógicas nas relações capitalistas e não capitalistas. Neste tipo de correntes teóricas, a influência e/ou a semelhança com as propostas de Chayanov é tão grande que alguns pesquisadores têm se referido a elas como propostas do "*neopopulismo ecológico*", em referência ao autor russo, de onde também se nutrem as recentes propostas de agroecologia e de *desenvolvimento rural com enfoque territorial* (OLALDE; PORTUGAL, 2004, p. 10).

Mas o quê é *desenvolvimento rural com enfoque territorial* "DRET" e por que surge? Como já vimos, durante grande parte do Século XX, as teorias desenvolvimentistas e as políticas públicas dirigidas ao rural se basearam nos pressupostos esboçados por Kautsky e Lenin. Especificamente, nos países latino-americanos, esta tese foi também implementada, pois, além de tudo, ia na mesma direção das propostas de modernização das elites políticas e intelectuais desses países, que concebiam que se devia "sair" do mundo tradicional-atrasado e "entrar" no mundo moderno-civilizado, caracterizados pela ruralidade agrícola e a urbanidade industrial, respectivamente (ORTIZ, 1999). Nesse sentido, as políticas agropecuárias que se implantaram nestes países ignoraram as particularidades de cada e focaram a imposição um modelo de desenvolvimento desenhado na Europa e baseado nos pressupostos de que o campesinato estava destinado a desaparecer e que a grande propriedade era muito mais produtiva e socioeconomicamente superior do que a pequena e mediana.

Porém, como argumenta o IICA, e a grande maioria de agências, acadêmicos e especialistas no tema, após várias décadas de implementação deste tipo de políticas, ainda

> [...] hay problemas que no se resuelven. La pobreza rural, la desigualdad en la distribución en el ingreso, la inseguridad alimentaria, y la inequidad de oportunidades [entre muchos otros] continuan demandando la atención de toda iniciativa de desarrollo rural (IICA, 2003, p. 4).

Como resposta a esta insatisfação e apoiando-se nas propostas teóricas de Chayanov e outros, surge a corrente de DRET, cuja proposta principal é que para compreender o rural e também para promover políticas referidas ao setor, é preciso levar em consideração as realidades e as particularidades econômicas, sociais, ambientais, demográficas, históricas, políticas, agroambientais, culturais, étnicas, etc., de cada território. Como bem o expressa Fillipi (2001, p. 344):

> 'a heterogeneidade define o mundo rural' [...] o que nos leva à constatação de que não há uma única e ideal política de desenvolvimento rural, dado que as estruturas políticas, institucionais, econômicas e sociais variam em diferentes regiões, países e continentes.

Entre as múltiplas características do DRET, Sepulveda, Echeverri e Rodríguez (2005, p. 2) resgatam as seguintes:

> • Supera a visão setorial da economia rural que a prioriza como sinônimo de economia agrícola, a favor de uma visão multi-setorial de economia territorial;
> • Promove a cooperação, a responsabilidade compartilhada e a cogestão como complementos da participação e como elementos fundamentais para a integração dos enfoques de descendentes e ascendentes;
> • Reconhece a importância dos encadeamentos em cadeias de valor agregador, mas articulados ao território numa economia que é intrinsecamente multi-setorial;
> • Inclui e supera a visão de transferência tecnológica para o incremento da produtividade, a partir dos conceitos de sistemas de inovação tecnológica e competitividade territorial, enfatizando uma visão de competitividade sustentada na interação de aspectos econômicos, socioculturais e ecológico-ambientais;
> • Promove o desenvolvimento de sistemas baseados no conhecimento, que enfatizam a integração de aspectos relativos ao descobrimento, aquisição, disseminação e gestão do conhecimento, com a participação do conjunto da sociedade rural e com a possibilidade de sistematizar os conhecimentos tradicionais e contextualizar os conhecimentos formais modernos;
> • Resgata a economia territorial e local rural nas estratégias de crescimento, integrando a economia ambiental;

♦ Promove a coordenação entre as políticas macro, setoriais e territoriais, nacionais, regionais e locais.

Além dessas características, dentro do DRET, os aspectos peculiares da pequena produção agrícola de cunho familiar têm um espaço importante. Este enfoque, baseado na evidência empírica e nas proposições de Chayanov (1974; 1981) e outros autores, não só dá conta de que a agricultura familiar é um sistema econômico produtivo, mas também que eles têm outras funcionalidades e benefícios como: 1) a reprodução socioeconômica das famílias rurais; 2) a promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade; 3) a manutenção do tecido social e cultural; e 4) a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, entre muitos outros. (MALUF, 2013, p. 73).

Um elemento de destaque neste artigo se refere à influência de Chayanov (1974; 1981) no DRET, em que logo no início de uma análise comparativa das duas correntes teóricas, percebem-se pelo menos seis aspectos propostos pelo autor russo que são resgatados por este novo enfoque. 1) A ideia de ótimo diferencial das explorações agrícolas, em que se argumenta que, dependendo de vários fatores inter-relacionados (poder-se-ia dizer das particularidades territoriais) em certas ocasiões, a pequena e/ou a mediana propriedade resultam muito mais produtivas e socioeconomicamente melhores que as grandes propriedades agroindustriais. Esclarecemos, contudo, que Chayanov não era um defensor *per-se* da pequena propriedade, como muitos economistas acham, mas simplesmente não compartilhava o suposto de que quanto maior a propriedade melhor.

2) A compreensão de que não se pode simplesmente trasladar acriticamente as noções e as práticas da economia clássica a sistemas, lógicas e práticas socioeconômicas diferentes. Considera-se, primeiro, a ideia de que cada território, ao ter suas especificidades territoriais, requer políticas de desenvolvimento enfocadas nessas particularidades territoriais. Como nos apresenta Chayanov (1981, p. 479) fazendo uma comparação entre Zambeze e Manchester:

> [u]ma análise teórica que utilizasse categorias adequadas às características desses tipos [sistemas econômicos não-capitalistas] seria de uma utilidade maior para a política colonial do que as tentativas feitas para adaptar a economia do Zambeze ao leito de Procusto das categorias econômicas da moderna escola de Manchester.

Com a proposta de um cooperativismo desenvolvido *desde a base*, esclarece que 3) os camponeses, e os habitantes rurais em geral, não podem só ser objeto das transformações e das políticas públicas que os afetam e que são desenhadas *a partir de, mas são* sujeitos ativos que as promovem, já que são os que conhecem melhor as particularidades e diferenças dos seus territórios. Ao mesmo tempo, esta proposta de cooperação vertical entre as pequenas e as grandes unidades produtivas baseadas no ótimo diferencial, por um lado, 4) dá conta da produtividade e da importância socioeconômica dos encadeamentos produtivos multissetoriais articulados ao território, hoje em dia conhecidos como *clusters*, distritos produtivos ou cadeias agroalimentares territoriais. Por outro, 5) supera a visão unissetorial que prioriza a economia agrícola clássica, dando conta da multissetorialidade da economia territorial. Por fim, ao argumentar que a inserção do camponês ao sistema econômico capitalista não necessariamente deve ocorrer por meio de sua transformação em proletariado urbano ou rural, dá um primeiro passo para 6) o reconhecimento da articulação histórica e orgânica das dimensões rurais e urbanas, sem a prevalência da cidade sobre o campo.

Como foi dito anteriormente, na Colômbia, as visões opostas de desenvolvimento rural *agroindustrial* e com *enfoque territorial*, hoje em dia, encontram-se numa disputa sobre qual o modelo a implementar para o futuro. A Colômbia é um dos países para compreender melhor esse debate, mas é preciso fazer primeiro uma brevíssima descrição da Colômbia rural, caracterizada pela alta concentração de terras, o uso inadequado dos solos, a desigualdade socioeconômica, a pouca produtividade, a informalidade dos títulos de propriedade e o conflito armado interno, entre outros.

Além das particularidades do setor rural colombiano, é importante ressaltar que, igualmente aos outros países latino-americanos, ao longo do século XX, foram implementadas uma série de políticas estruturais baseadas nos pressupostos de Kautsky (2014) e Lenin (1972; 1975), em que o campesinato estava destinado a desaparecer devido às vantagens produtivas e socioeconômicas da grande propriedade tecnológica. Especificamente no caso colombiano, ressaltam-se nas primeiras décadas o esquecimento de políticas no setor (à exceção do café). Já na metade do século, como parte do projeto de substituição de importações, deu-se um resgate da produção rural sob o princípio de que ajudaria na criação de um mercado interno que promovesse essa industrialização urbana. Lógica que persiste hoje em dia e que pode ser exemplificada nos tratados de livre-comércio, em que a produção agrícola sofre grandes perdas em relação aos outros setores da economia.

Como foi dito, atualmente, na Colômbia, existe uma forte disputa no que tange às propostas, aos desenhos e à implementação de políticas de desenvolvimento rural entre as visões agroindustrial e de enfoque territorial. Mas essa disputa não só se dá entre os atores que comumente se enfrentam no setor – por um lado, os camponeses, os intelectuais, os movimentos sociais, as guerrilhas FARC-EP, ELN e EPL e, pelo outro lado, o Estado, os grandes fazendeiros e pecuários, os políticos tradicionais e os paramilitares. Esta disputa tem se desenrolado no interior do aparato estatal. Assim, dentro do governo nacional existem algumas instituições e funcionários que representam cada uma dessas posturas enfrentadas. Fenômeno que chamamos de "bipolaridade rural" e que pode ser bem exemplificado ao se analisar duas iniciativas referentes ao desenvolvimento do setor rural promovidas, ao mesmo tempo, por diferentes membros do governo.

Do lado da visão agroindustrial, mais próxima aos argumentos de Lenin (1972, 1975) e Kaustky (2015), encontra-se o Projeto de Lei 223/15-C "*Por el cual se crean y se desarrollan las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social (Zidres), y se adicionan los*

artículos 31 y 52 de la ley 160 de 1994" melhor conhecida como a "ley de baldíos", recentemente (25 de setembro de 2015) aprovada em segundo debate no Congresso da República. Como muitos observadores têm percebido e denunciado, esta lei surge com o propósito de legalizar a apropriação de "baldíos" por parte de grandes empresas e conglomerados agroindustriais. Nas palavras de Jennifer Mojica, ex-subgerente de terras do Incoder: "*el proyecto [de ley 223/15-C] quiere legalizar la concentración de tierras en Colombia, eso es todo. En el fondo se quiere legalizar los casos de concentración ilegal*" [3].

Mas o quê são as terras baldías e por que não podem ser objeto de apropriação? Segundo o código civil colombiano, os bens baldíos "*[s]on todas las tierras que estando situadas dentro de los limites territoriales carecen de dueño particular, por lo tanto pertencen a la Nación*"[4], estes podem ser susceptíveis de adjudicação a particulares de acordo com critérios de utilidade e benefício social, econômico e ecológico, definidos na Lei 160 de 1994. Seguindo o princípio constitucional de que o Estado deve garantir o aceso progressivo à terra com o fim de melhorar a qualidade de vida dos camponeses[5], os artigos 31 e 52 da lei 160 de 1994 definem que só podem ser beneficiários da titulação de baldíos os indivíduos que cumpram uma serie de requisitos: ocupação e exploração previa não menor a 5 anos, exploração econômica de pelo menos 2/3 partes do imóvel, vocação agropecuária do solo, não ter alienado um imóvel baldío antes de 15 anos a partir da titulação, não possuir ou ser proprietário de outros imóveis rurais, e não superar uma extensão superior a uma Unidade Agrícola Familiar (UAF)[6]. Assim, en-

3 Intervenção no programa de T.V. "Las claves: Que va a pasar con la Ley sobre las Zidres" transmitido pelo canal capital o día 7 de julio de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HqN9XmKeg3Q

4 Artículo 675 do Código Civil Colombiano.

5 Artículo 64 de la Constitución de la República de Colombia.

6 O artigo 38 da lei 160 de 1994 define a UAF como: "*la empresa básica de producción agrícola, pecuaria, acuícola o forestal cuya extensión, conforme a las condiciones agroecológicas de la zona y con tecnología adecuada, permite a la familia remunerar su trabajo y disponer de un excedente capitalizable que coadyuve a la formación de su patrimonio [dos salarios mínimos mensuales]".* No caso de titulações maiores, declara-se uma indevida ocupação de terras da nação.

tre muitas outras, a lei proíbe a titulação de um terreno baldío por parte de particulares que tenham alguma outra propriedade rural.

Em meados de 2013, os representantes da oposição Wilson Arias, Jorge Robledo e Iván Cepeda, denunciaram que, na Altillanura colombiana, empresas agroindustriais, através de manobras legais e ilegais, estavam se apropriando de grandes quantidades de baldíos. A partir desse momento, gerou-se um importante debate no âmbito nacional que terminou com a publicação, por parte da Contraloría General de la República, do "Informe de Actuación Especial sobre la acumulación irregular de predios baldíos en la altillanura colombiana", onde se demonstra que, pelo menos 13 particulares, entre os quais estavam os familiares do ex-ministro de agricultura Lizarralde e do atual ministro, Irragori (CGRC, 2014, p. 155), "de manera directa o a tráves de empresas constituídas para el efecto, adquirieron y acumularon de manera irregular prédios originalmente baldíos contrariando lo dispuesto en el artículo 72 de la Ley 160 de 1994".

A partir desse momento, o governo tem apresentado quatro projetos de lei (conhecidos como "Urrutia", "Lizaralde" e os projetos de lei 133 e 233) cujo principal objetivo tem sido o mesmo: legalizar a apropriação de baldíos e desta forma eliminar os limites de concentração da terra. Mas estes projetos não foram os únicos que procuraram tal objetivo durante o governo Santos: deve-se assinalar a tentativa de aprovação de um projeto de lei de investimento estrangeiro que pretendia que a lei 160 só pudesse ser aplicada às terras baldías adjudicadas depois de 1994, e o Plan de Desarrollo Nacional 2010-2014, no qual vários artigos permitiam superar a restrição das UAF, os quais foram declarados inexequíveis em 2012 pela Corte Constitucional.

Ao analisar detidamente este projeto de lei, muitos peritos e organizações têm exposto o seu caráter prejudicial e ilegal (OXFAM, 2015, p. 1):

> [e]n Oxfam estamos en contra de esta iniciativa legislativa [projeto 233] porque atenta contra los derechos de los campesinos, campesinas y la pequeña producción agraria; porque legalizaría

> la acumulación irregular de tierras que llevan a cabo tanto personas como empresas; y porque esta concentración aumentaría la desigualdad que hoy sufre Colombia,

Esta acumulação e concentração de baldíos busca ser feita através da criação das Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social (Zidres), através da implementação de alianças produtivas agroindustriais entre empresários e pequenos camponeses, o qual permitirá às grandes empresas ser adjudicatárias dos baldíos da nação, sem restrição do tamanho das UAF e com a possibilidade de adquirir imóveis com antecedentes de baldíos. Mas, como muitos especialista e exemplos já têm demonstrado, essas alianças são assimétricas, estabelecendo os pequenos camponeses como provedores de mão de obra e de terras e, além disso, como responsáveis pelos custos indiretos (REYES, 2015, p.1):

> Buena parte del proyecto de ley aprobado en la Cámara para crear las ZIDRES [233-C] se ocupa de regular la "asociación del zorro y las gallinas", como las llamó Darío Fajardo, estableciendo condiciones de asistencia social en los contratos de asociación y encargando la supervisión a una institucionalidad que ni siquiera ha podido asignar de manera segura y transparente los derechos de propiedad sobre los baldíos. El efecto es que los empresarios ambiciosos podrán descargar costos y riesgos en sus socios campesinos, que además le demandarán bienes públicos al Estado, como en cualquier región de colonización, para que así sea éste quien termine pagando el costo de instalar la mano de obra para las plantaciones agroindustriales.

Assim, pode-se perceber com clareza a visão agroindustrial que o governo defende e propõe neste projeto, ao impulsionar um modelo no qual a grande propriedade com capital para investimento tecnológico e organizativo é o único modelo de desenvolvimento possível nas zonas baldías, desconhecendo a eficiência econômica dos peque-

nos produtores agrícolas. Essa posição, defendida pelo Ministério de Agricultura, chefiado pelo Ministro Iragorri e pelo ex-ministro Lizarralde, pela Superintendência de Notariado e Registro, pelos grandes fazendeiros aglomerados na Sociedade de Agricultores de Colômbia (SAC) e pela Federação Nacional de Ganaderos (FEDEGAN), é muito similar aos pressupostos teóricos de Kautsky e Lenin, que acham a produção camponesa totalmente improdutiva e o latifúndio agroindustrial como (KAUTSKY, 2015, p. 164):

> [...] el más perfecto género de producción a que puede llegar la agricultura moderna. La reunión de varias explotaciones en una mano, lleva con el tiempo a su fusión en un solo organismo, a la división planificada del trabajo y a la cooperación planificada de cada explotación.

Contudo, chama a atenção o fato de que outras propostas de política pública de desenvolvimento rural do mesmo governo vão em sentido contrário desta, ao basear-se nos pressupostos do DRET e, por conseguinte, de Chayanov (1974; 1981). Merece especial atenção, devido a sua transcendência histórica e política, o acordo sobre o ponto agrário assinado em La Havana entre os representantes do governo e as FARC-EP: "*Hacia un Nuevo Campo Colombiano: Reforma Rural Integral*" onde o "espírito" do texto é precisamente a visão do DRET, como fica exposto na seguinte citação (GOBIERNO COLOMBIANO; FARC-EP, 2014, p. 2):

> .[t]odos los planes y programas acordados como parte de la RRI [Reforma Rural Integral] deben tener un enfoque territorial que implica reconocer y tener en cuenta las necesidades y características y particularidades económicas, culturales y sociales de los territorios y las comunidades rurales y garantizar la sostenibilidad socio-ambiental.

Também se deve sublinhar o segundo inciso desse acordo, dedicado exclusivamente aos Programas de Desarrollo con Enfoque

Territorial (PDET), cujos se inspiram em alguns dos argumentos de Chayanov. Como se pode notar em seus objetivos (2014; 10-11):

> ♦ El desarrollo de la economia campesina y familiar y de formas propias de producción de las comunidades indígenas, negras, afrodescendentes, raizales y palenqueras, mediante el acceso integral a la tierras y a bienes y servicios productivos y sociales;
> ♦ La protección de la riqueza pluriétnica y multicultural para que contribuya al conocimiento, a la organización de la vida, a la economía, a la producción y al relacionamiento con la naturaleza;
> ♦ El reconocimiento y la promoción de las organizaciones de las comunidades para que sean actores de primera línea de la transformación estructural del campo.

Além disso, promove-se a realização de planos de ação para a transformação regional que devem, por um lado, contemplar as características sócio-históricas, culturais, ambientais y produtivas dos territórios e seus habitantes e, por outro, contar com a ativa participação das comunidades rurais através de diagnósticos participativos. Assim como esses, são bastantes os exemplos da influência de Chayanov e do DRET presentes nesse documento.

Pode-se, assim, notar um fenômeno que poderíamos chamar de bipolaridade rural no governo, na medida em que na mesma institucionalidade encontram-se duas visões opostas com relação ao tema de desenvolvimento rural. Alguns poderiam argumentar que não se trata de uma bipolaridade do governo, mas que a sua visão realmente é só agroindustrial e que, devido às pressões das FARC-EP , viram-se obrigados a adotar a outra visão. Poderia ser. Porém, através de uma análise aprofundada constatamos que não é tão assim. Primeiro, porque esse mesmo governo, no passado, já promoveu outras políticas de desenvolvimento rural sob essa ótica, como, por exemplo, os Programas Integrales de Desarrollo Rural con Enfoque Territorial desenvolvidos pelo Incoder (2010). Segundo, porque, por iniciativa do próprio governo, os represen-

tantes dele em Havana têm defendido e se apropriado do enfoque territorial. Um exemplo é que já não é só o desenvolvimento rural, mas todas as políticas e acordos resultados do diálogo com as FARC-EP, que devem ter esse enfoque, como fica claro na palestra de Sergio Jaramillo (2014), alto comissionado para a paz, intitulada "La Paz Territorial".

Nesta perspectiva, é claro que existe uma bipolaridade no governo, que finalmente se traduz na apropriação dos supostos teóricos de Kausky (2015) e Lenin (1972; 1975) ou de Chayanov (1974; 1981) na visão de desenvolvimento rural. Esta situação já foi percebida por muitos outros, como Alejandro Reyes, especialista na problemática rural colombiana e conselheiro do Ministério de Agricultura para os diálogos de paz, que afirma:

> [...] la política agraria del gobierno después de haber llegado al acuerdo agrario en La Habana, perdió su rumbo, se despistó. Los ministros Lizarralde e Iragorri no tienen mayor interés en impulsar la agenda de transformaciones rurales las cuales el gobierno se comprometió [....] Colombia había vuelto a tener la ilusión de haber recuperado el rumbo de una reforma agraria de fondo, leal con los campesinos, que pusiera orden en los derechos de propiedad, dio esperanza que íbamos a cambiar de rumbo. Después de eso, el gobierno con Lizarralde estuvo empeñado solo en el proyecto [233] de entregar tierras a empresarios en la altillanura.[7]

Agora, aguardamos que o governo se recupere dessa doença mental e seja claro no modelo de desenvolvimento rural que deseja para o futuro do país. Esperamos que a história não se repita e que Chayanov (1974; 1981) não sofra mais uma morte simbólica. Esperamos que,

7 Intervenção no programa de T.V. "Las claves: Que va a pasar con la Ley sobre las Zidres" transmitido pelo canal capital o día 7 de julio de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HqN9XmKeg3Q

ao contrário do que aconteceu na URSS e em grande parte do mundo ocidental, prevaleça uma visão em que mais e maior não signifique, necessariamente, melhor; em que os grandes possam cooperar por um bem comum, em que a agricultura não esteja subordinada à indústria e, finalmente, onde o campesinato não esteja condenado a sua desaparição mediante sua brutal exploração.[8]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, H. (2012), *Marxismo y ecología política latinoamericana*: Elementos para una genealogía posible. Nostromo: Revista Crítica Latinoamericana, IV (5).

CHAYANOV, A. (1981), Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.; STOLCKE, V. (Orgs.), *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense.

CHAYANOV, A. (1974), *La organización de la unidad campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión.

GIDDENS, A. (1998), *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo.* São Paulo: UNESP.

Contraloria General de la República. (2014), *Informe de Actuación Especial sobre la acumulación irregular de predios baldíos en la altillanura colombiana.Contraloria General de la República*, Bogotá.

ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R. (2009), Importância das teorias agrárias para a geografia rural. *Mercator* (Fortaleza. Online), v. 8, p. 147-156.

FILIPPI, E. (2011), O desenvolvimento rural no Brasil: das políticas de estado às políticas territoriais. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Orgs.). *Análise comparada de políticas públicas: Uma agenda em transformação*. Rio de Janeiro: Manual X.

Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER). (2010), *Estrategia de Desarrollo Rural con Enfoque Territorial*. Bogotá: Incoder.

Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC). (2012), *Atlas de la distribución de la propiedad rural en Colombia*. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia.

Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA). (2003),

8 Lastimosamente, depois do envio deste artigo, no dia 29 de Janeiro de 2016 o presidente Santos sancionou a Lei 1776 de 2016 por meio da qual se criam e desenvolvem as ZIDRES, condenando mais uma vez aos camponeses colombianos. No momento tem varias ações judiciais em contra desta lei. Esperamos o aparelho legislativo e constitucional decida a favor do povo colombiano.

El enfoque territorial del desarrollo rural. San José, Costa Rica: IICA.

Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC). (2012), *Atlas de la distribución de la propiedad rural en Colombia*. Bogotá: IGAC.

GOBIERNO COLOMBIANO; FARC-EP., (2014*) Borrador conjunto. Hacia un nuevo campo colombiano: Reforma rural integral*, La Habana.

Grupo de Memoria Histórica (GMH). (2013), ¡Basta *Ya! Colombia*: memorias de guerra y dignidad. Bogotá: GMH.

JARAMILLO, S. (2014), *La paz territorial:* conferencia en la universidad de Harvard dictada el 13 de marzo 2014.

KAUTSKY, K. (2015), *La quiestión agraria:* Estudio de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria en la socialdemocracia. Marxist Internet Archive.

LENIN, V. (1972), *El desarrollo del capitalismo en Rusia:* El proceso de formación de un mercado interior para la gran industria. Santiago de Chile: Empresa editora nacional quimantu.

LENIN, V. (1975), *La cuestión agraria:* El programa agrario de la socialdemocracia en la primera revolución rusa 1905-1907. Madrid: Editorial Ayuso.

MALUF, R. (2013). Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentáve. In: MIRANDA, C.; TITIBÚRCIO, B., *Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil*. Brasília: IICA.

MARTINELLO, S. ; SCHNEIDER, S. (2010), Paralelos entre Antonio Candido e Alexander Chayanov: Economia fechada, equilíbrio mínimo e rusticidade. Territórios e Fronteiras, 3 (2).

MARTINS, J. (1998), FLORESTAN: Sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: USP.

OLALDE, A.; PORTUGAL, A. (2004), Agricultura familiar, reforma agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. *Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia Rural*. Cuiabá.

ORTIZ, R. (1999), *A moderna tradição brasileira*: Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense.

OXFAM. (2015), COLOMBIA: las falacias detrás de ZIDRES, una ley de "subdesarrollo rural". OXFAM, Bogotá.

OXFAM; Planeta Paz; CINEP; CCJ; MIPMRC; DA; CACEP. (2015), Lo que usted debe saber sobre el proyecto que quiere legalizar el acaparamiento ilegal de baldíos.

POLANYI, K. (2007). *La gran transformación:* critica del liberalismo econó-

mico. Madrid: Quipu.

REYES, A. (20 de Junio de 2015), *Dos demagogias enfrentadas en el agro*. El Espectador.

ROMANO, J. (2011), Redes de política pública na trajetória do setor público agrícola brasileiro. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Orgs.).*Análise comparada de políticas públicas. Uma agenda em transformação*. Rio de Janeiro: Manual X.

SEPULVEDA, S.; ECHEVERRI, R.; RODRÍGUEZ, S. (2005), *El enfoque territorial del desarrollo rural*: retos para la reducción de la pobreza. Reducción de la pobreza rural en Centroamérica: fortalecimiento de servicios técnicos, empresariales y financieros. Turrialba: CATIE.

SHANIN, T. (2009). Chayanov's treble death and tenuous resurrection: an essay about understanding, about roots of plausibility and about rural Russia. *Journal of Peasant Studies*, 1 (36).